

Revisão Salarial: a luta agora é no Congresso

O projeto do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores do Poder Judiciário Federal (PL 6613/2009) está no Congresso Nacional, aguardando parecer do relator, Sabino Castelo Branco (PTB-AM), na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP).

Isso significa que a batalha da categoria na Casa apenas começou. A matéria foi encaminhada ao Legislativo no final do ano passado, após muita mobilização da categoria em todo o País, inclusive com a realização de greve nos estados.

O prazo para o recebimento de emendas na CTASP expirou no dia 2 de março. Ao todo, foram apresentadas 54 emendas ao PL 6613/2009, sendo que, 26 delas, são de fato distintas. As Comissões Permanentes que analisarão o projeto do PCS 4 na Câmara dos Deputados, foram instaladas na quarta-feira, dia 3

de março e já realizaram suas eleições. Para presidir a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, foi eleito o deputado Alex Canziani (PTB-PR). Os deputados federais goianos Sandro Mabel (PR-GO) e Jovair Arantes (PTB-GO) integrarão a comissão como titular e suplente, respectivamente.

A Comissão de Finanças e Tributação será presidida pelo deputado Pepe Vargas (PT-RS) e, o único goiano a compor a comissão, é o deputado federal Rubens Otoni (PT-GO), como suplente.

Já a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) terá como presidente, o deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) e será composta pelos goianos João Campos (PSDB-GO) como titular; Sandro Mabel (PR-GO) e Sandes Júnior (PP-GO), na suplência. O Sinjufego iniciou a articulação política marcando audiências com os



deputados goianos para solicitar o apoio ao PL 6613/2009 e sensibilizá-los para que atuem junto a seus pares na aprovação do projeto nas comissões, bem como em toda a tramitação na Câmara dos Deputados

“A nossa luta é pela aprovação urgente do Projeto de Revisão Salarial dos servidores do Poder Judiciário Federal – o PL 6613/2009, no intuito de que seja aprovado e vá à sanção do executivo ainda no primeiro semestre”, afirmou o presidente do Sinjufego, Cezar Prazeres.

Presidente do STF disse que negocia recursos do PCS 4

O presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, disse que buscará soluções em relação ao orçamento para garantir o reajuste dos servidores do Judiciário Federal.

Em entrevista aos jornalistas no 3º Encontro Nacional do Judiciário, o ministro respondeu à pergunta da equipe do Sintrajud sobre as duas notas técnicas do Ministério do Planejamento, que afirmam não haver recursos para o PCS 4.

“Como sempre conversamos e buscamos soluções”, disse, rapidamente, finalizando a entrevista naquele momento.

Líder do governo

Os coordenadores da Fenajufe, Saulo Arcangeli e Antônio dos Anjos Melquiades (Melqui) se reuniram, no dia 1º de março, com o líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP). O tema do encontro foi a aprovação dos Projetos de Lei 6697/2009 (MPU) e 6613/2009 (Judiciário), que tramitam na Comissão de Trabalho e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

Na oportunidade, os dirigentes voltaram a afirmar sobre a importância da aprovação dos projetos para os mais de vinte mil servidores do MPU

e para os mais de cem mil servidores do Judiciário de todo o País, pedindo, ao final, o apoio do parlamentar.

Vaccarezza comprometeu-se a conversar com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e com secretário de Recursos Humanos, Duvanier Piva, sobre os aspectos financeiros dos projetos e, posteriormente, comunicar às entidades sobre o andamento das negociações.

Em 24 de fevereiro, a Fenajufe discutiu o PCS com o diretor geral do Supremo Tribunal Federal, Alcides Diniz, que foi servidor da JF e 1º secretário da CJF (1989).

Sinjufego propõe ação para suspensão dos descontos e devolução do IR sobre o adicional de 1/3 de férias

O Sinjufego protocolou, no dia 19 de fevereiro, ação coletiva para os filiados obterem a isenção da incidência do imposto de renda sobre o adicional de 1/3 de férias.

Em processos que contaram com a participação do sindicato (Petições 7296 e 7193), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) uniformizou o entendimento que afasta a contribuição previdenciária sobre o adicional de 1/3 de férias e permitiu o questionamento contra a incidência de Imposto de Renda. No caso da contribuição, os valores atrasados podem chegar a cinco anos, mas no caso do IR podem chegar a dez anos.

De acordo com o assessor jurídico do Sinjufego, Rudi Cassel (Cassel e Carneiro Advogados), em resumo, as decisões proferidas

nas Petições n. 7.296 e n. 7.193 são importantes porque instituem um marco que freia a excessiva abrangência que a expressão “solidariedade” estava adquirindo na estrutura contributiva dos regimes próprios de previdência; e afirmam a natureza indenizatória do adicional de 1/3 de férias, permitindo o afastamento da contribuição previdenciária e do imposto de renda.

O assessor do sindicato considera que, com a consolidação da posição do STJ, abrem-se aos servidores as certezas de que devem exigir a restituição das contribuições de 11% incidentes sobre o benefício, com retroatividade aos últimos cinco anos; devem exigir a suspensão permanente da contribuição sobre os adicionais das férias futuras; e o

adicional de 1/3 de férias, dado o caráter indenizatório, deixa de configurar base de cálculo ou fato gerador do imposto de renda, portanto pode ser exigida a devolução desse tributo, retroagindo aos últimos dez anos (a retroatividade de cinco anos se aplica apenas ao imposto incidente a partir da vigência da LC 118/2005).

A diretoria do Sinjufego destaca a importância de os servidores observarem que a filiação é imprescindível para as ações, pois várias decisões recentes da Justiça Federal estão condicionando os julgados coletivos apenas à listagem juntada com a inicial ou, no máximo, até a contestação da União. O processo recebeu o número 7974-59.2010.4.01.3400 e foi distribuído para a 13ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Assembleia elege delegados de Goiás para o 7º Congrejufe

Foram eleitos, em assembleia geral extraordinária, realizada na noite de sexta-feira (26/02), os sete delegados e os que representarão Goiás no 7º Congrejufe. O evento ocorrerá de 27 a 31 de março, em Fortaleza (CE). Na pauta do 7º Congrejufe, está a eleição da diretoria da Fenajufe para o próximo triênio; o debate

sobre as emendas a serem apresentadas aos PLs 6613/2009 e 6697/2009 (PCS dos servidores do Judiciário Federal e do MPU); as estratégias de mobilização da categoria para aprovação dos referidos projetos; a pauta de reivindicações e o plano de lutas para 2010. “É importante a participação dos colegas servidores neste mo-

mento em que batalhamos pela nossa revisão salarial. A nossa luta, que hoje é no Congresso Nacional, exige mobilização. A greve, no ano passado, serviu como instrumento de pressão da categoria para que os projetos fossem encaminhados ao Legislativo”, afirma o presidente do Sinjufego, Cezar Prazeres.



Assédio moral: diga não!

O assédio moral no trabalho, também conhecido como terror psicológico no âmbito laboral, ocorre com frequência nas mais diversas instituições, mas as vítimas ainda relutam em denunciar seus agressores. Para apontar caminhos, visando o combate do problema e a orientação dos servidores do Poder Judiciário Federal, o Sinjufego realizará uma pesquisa sobre o assédio moral e distribuirá a cartilha produzida pela Fenajufe. As sugestões e denúncias sobre assédio moral podem ser enviadas para a entidade através do e-mail: sinjufego@terra.com.br